



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 023/2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às 09h e 11min (nove horas e onze minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 14º andar, a tricentésima nonagésima primeira reunião do Conselho de Administração do PREVIMPA. A sessão foi presidida pelo conselheiro André Brum de Sá e Luís Fernando de Fraga Silva como Secretário. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Adão Tadeu Gomes de Oliveira, Carlos Adolfo Bernd, Edson Zomar de Oliveira, Eros Miguel Sadowoy Martins, Fátima Regina Carlos Saikoski, Idalina Fagundes Venturini, Juarez José da Silva, Luís Ferrari Borba, Laerte Campos de Oliveira, Elizabeth Fernandes de Andrade, Ricardo Zucareli Pulvirenti e os conselheiros suplentes: Jardel de Borba Cunha, Lourdes Veneranda Camaratta, Clarazete Gautério de Farias, Luciana Eidt, Paulo Valentim Saldanha Fernandez, Liege Mentz e Mara Regina Camargo Peres. Aberta a sessão, o Presidente informa que será incluída na pauta a aprovação da ata nº 021 de 01/10/2013 e pergunta se haveria mais algum assunto a ser incluído. Não havendo, o Presidente pergunta aos conselheiros se há informes. O presidente pergunta à conselheira qual o prazo para solicitar alterações no contrato de prestação de serviços entre PREVIMPA e PROCEMPA. A conselheira vai verificar e informará na próxima reunião quando o contrato estará em pauta. Foi solicitado ao secretário executivo que reenvie aos demais conselheiros os arquivos referentes ao contrato (contrato, anexo I e processo de pagamento da fatura do mês de julho/2013). Passando à pauta do dia, o economista Carlos Fabretti Patrício iniciou a apresentação dos resultados dos investimentos para o bimestre de julho/agosto de 2013, conforme previsto na Política de Investimento vigente. Introduziu a apresentação informando que o roteiro é aquele padronizado conforme as apresentações anteriores, acumulando os valores de janeiro a agosto de 2013”. Iniciou informando que os resultados já não são tão ruins como os verificados em junho/2013: a renda variável esta recuperando as perdas neste ano causadas pela reação dos investidores face aos protestos e movimentos sociais ocorridos no mês de julho e a possibilidade do FED iniciar um redução de seu programa de afrouxamento quantitativo QE3. No regime capitalizado já acumulamos saldo de 504milhões e rapidamente atingiremos o saldo de 1 bilhão. A captação de recursos em 2013 cresceu sessenta e cinco milhões em relação a 2012. Porém, verificou-se que o crescimento das receitas de contribuições não tem o mesmo vigor que aquele visto no ano passado. Colocou que identificar o ponto de maturidade das receitas de contribuição é importante para calibrar os investimentos mais arriscados que implicam em renúncia de liquidez. No bimestre de julho e agosto os rendimentos foram positivos. As aplicações do departamento, em 30/08/2013, estavam distribuídas da seguinte forma: 8,25% em Renda Variável, 35,87% em Títulos Públicos e 55,88% em Renda Fixa. Os rendimentos acumulados no ano estão com o seguinte resultado: Renda Variável, valor negativo de R\$ 7.375.938,64, Títulos Públicos, valor negativo de R\$ 2.536.748,70 e Renda Fixa, com valor positivo de R\$ 3.210.922,69, totalizando um rendimento acumulado negativo de R\$ 6.701.765,65 no ano de 2013. Porém, antecipa que para outubro/2013 o saldo acumulado

47 das aplicações financeiras deverão ser positivas. O conselheiro Luís Fernando destacou que
48 os rendimentos serão contabilizados somente por ocasião da venda dos títulos, ou seja, no
49 vencimento, uma vez que o PREVIMPA, não vende títulos antes do vencimento. A receita
50 de investimentos no período de janeiro a agosto de 2013, comparada com o mesmo
51 período de 2012 teve uma forte queda passando de R\$ 44,65 milhões positivos em 2012
52 para R\$ 6,70 milhões negativos para o mesmo período 2013. Lembra que o diferencial do
53 rendimento se deve em parte pela volatilidade do mercado que premiou os investidores no
54 ano passado por causa da queda da taxa de juros e este ano o movimento se inverteu
55 penalizando os mesmos investidores na mesma proporção, porém, o ônus para o
56 PREVIMPA foi bem menor, pois trocamos a posição de fundos de renda fixa dos mais
57 arriscados para aqueles com menor riscos de juros, aumentando o poder de retenção do
58 ganho obtido no ano passado. Relativamente ao atual posicionamento dos investimentos,
59 para 2014, sentimos a estabilização das taxas de juros. O comportamento da Renda
60 Variável dependerá do projeto político vindouro que amadurecerá durante o curso do
61 processo eleitoral. O conselheiro Jardel argumentou que quando se aplicam recursos em
62 títulos públicos para 2040 é porque não será necessário utilizar estes valores até lá. Propõe
63 que para as próximas apresentações seja preparada a análise com base na marcação na
64 curva para os títulos públicos. O Economista Carlos Fabretti colocou que existe debate na
65 área a respeito do tema e não é consenso. Por outro lado, o próprio Ministério, através da
66 Portaria 916 obriga a contabilização dos títulos públicos, seja para revenda ou não, pela
67 marcação a mercado, provavelmente, por orientação à padronização internacional. É por
68 esta contabilização que é apontado o déficit ou superávit nas reservas matemáticas quando
69 do cálculo atuarial. O conselheiro Luís Fernando perguntou se seria possível fazer a
70 apresentação nas duas maneiras, marcação no mercado e na curva. O Economista Fabretti
71 disse que providenciará para as apresentações de 2014. O conselheiro Ricardo perguntou
72 como está a situação dos outros RPPS em nível de Brasil. O economista Carlos Fabretti
73 reportou que não entendeu bem o questionamento do Conselheiro. Informou que não existe
74 publicação que consolide este tipo de informação até o momento e que é uma sugestão
75 ótima para encaminhamento junto a instâncias como o CONAPREV para que o MPAS
76 produza um relatório consolidado informando a situação dos RPPS utilizando as
77 informações enviadas bimestralmente. Até meados do corrente ano, apenas o DRAA
78 (avaliação atuarial), é o único relatório que da publicidade do resultado financeiro ao nível
79 da verificação de superação ou não do juro atuarial. Por ele, verificando os resultados lá
80 publicados para o Rio Grande do Sul, o PREVIMPA esta no topo da lista com alguns
81 outros RPPS. Informa que há pouco tempo o MPAS liberou o acesso aos Saldos dos
82 Investimentos que são reportados ao Ministério bimestralmente (DAIR) e por ele pode-se
83 consultar os saldos das aplicações dos outros entes, porém apenas os saldos. Estas seriam
84 as únicas fontes de consulta disponível para tal verificação. Após, o conselheiro Ricardo
85 justificou a indagação face a matéria do Jornal do Comércio afirma que nenhum RPPS
86 conseguiu atingir a meta atuarial. Não havendo nada mais a tratar foi encerrada a reunião às
87 10h 50min (dez horas e cinquenta minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada
88 por mim Luís Fernando de Fraga Silva, Secretário de Mesa e pelos demais presentes.

89
90
91
92
93
94

André Brum de Sá – Presidente

Luís Fernando de Fraga Silva – Secretário

95		
96	Edson Zomar de Oliveira	Paulo Valentim Saldanha Fernandez
97		
98		
99	Eros Miguel Sadowoy Martins	Adão Tadeu Gomes de Oliveira
100		
101		
102	Juarez José da Silva	Luís Ferrari Borba
103		
104		
105	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Clarazete Gautério de Farias
106		
107		
108	Elizabeth Fernandes de Andrade	Liege Mentz
109		
110		
111	Luciana Eidt	Carlos Adolfo Bernd
112		
113		
114	Fatima Regina Carlos Saikoski	Laerte Campos de Oliveira
115		
116		
117	Jardel de Borba Cunha	Idalina Fagundes Venturini
118		
119		
120	Lourdes Veneranda Camaratta	Mara Regina Camargo Peres